

Comunidade de Prática

Memória da Reunião 20/09/2023 Educação Ambiental no marco da Declaração de Belém

Brasil - Marcelo Aranda Sttorti- Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur)

Educação Ambiental Crítica

O momento nos impõe pensar o ambiental além da natureza, significa pensar na integração dela com a sociedade, o que pode ser considerar que o rio nos percorre, ou que numa rocha estão nossos ancestrais. É preciso pensar na raiz da crise ambiental que é o padrão imposto pelo capitalismo. Educação Ambiental é essencialmente política, e alguns conceitos que a guiam são: a ação coletiva, a busca pela resolução de conflitos e a recuperação de uma justiça epistêmica dos saberes. Daí que a emancipação, participação, controle social e democracia sejam chaves do entendimento. Propõe-se uma “territoriania” que tenha como base uma pedagogia intercultural crítica contra colonial e de base comunitária. Vários autores latinoamericanos ajudam a pensar nessas linhas. Entre eles vale a pena destacar Sueli Carneiro, Berta Cáceres, Ailton Krenak, Nego Bispo, Lélia Gonzales e Catherine Walsh, entre outros.

A educação ambiental na sua vertente crítica, como vem sendo definida nesse campo, se tornou um importante debate e acumulou reflexões sobre o que significa o crítico da educação ambiental crítica bem como, dialogando com as macrotendências desse campo, buscou refletir sobre o papel da educação ambiental crítica comparando-a com as demais tendências. Educação ambiental crítica se dá em um sentido político, percebendo a relação das transformações sociais. Educar para transformar é agir conscientemente em processos sociais que se constituem conflituosamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual. A educação ambiental crítica significa também ser capaz de absorver as ancestralidades do território, as vozes emergentes dos territórios em luta pelos bens naturais, pelos bens comuns, tais como a água e a terra.

A expressão “Desde El Sur” sem uma tradução clara, direta ao português, tem a intenção do bilinguismo no sentido de trazer uma reflexão, e aqui uma reafirmação de que o Brasil está na América Latina um país contido no território da América Latina, pertencente a esse grande continente chamado de “Abya Yala” pelo povo Kuna e, posteriormente, por todos os povos originários.



COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

A educação ambiental “desde el sur” olha para essas pedagogias emergentes, por isso o foco dos trabalhos do grupo é em espaços não formais. Se bem que, o conceito de formal ou não formal, perde o sentido original quando pensamos na definição dessa categoria. O que é o formal? O que é o não formal? Informal? Pode ser aquilo que está

formalizado na norma de quem? Dentro da forma de quem? A forma para quem? Refletindo sobre essas questões, suscita pensar em uma escola como aparelho coercitivo do Estado burguês, que em muita das vezes tem nesse processo um projeto educativo de “formatação”, de “formalização” e “emformamento” das pessoas

A declaratória de Belém deixa alguns interrogantes. Menciona as cidades amazônicas, mas serão elas saudáveis e sustentáveis? A declaratoria também fala de inovação, e empreendedorismo, mas é urgente nos perguntar para quem? Precisa-se de saneamento mas não daquele urbano senão de modelos que proponham integração com os solos. A agência de mudança do clima tem que ser local e territorializada; e não generalizada, cada território tem uma agenda própria. Fala-se muito de biodiversidade, mas não de sócio-diversidade que tem sido participe da criação de florestas. São precisas comunidades saudáveis e sustentáveis que possam levar a cabo monitoramentos ambientais. Que padrões de sustentabilidade queremos. Desenvolvimento para quem? Para o capital? Para a população tradicional? Não seria melhor pensar numa economia para sociedades sustentáveis?

A continuação um repositório para profundizar nestes assuntos

<https://www.geasur.com/>

<https://unirio.academia.edu/MarceloStorti>

<https://sites.google.com/view/kijemidigital/p%C3%A1gina-inicial>

[Repositório de Práticas Interculturais](#)

<https://comptboaspraticas.blogspot.com/p/materiais->

[didaticos.html?m=](#) **Colômbia - Claudia Lancheros EDUCAPAZ**

A educação ambiental no âmbito da declaração de Belém

O sucesso da declaração é o reconhecimento da necessidade de agir com urgência para evitar o ponto sem retorno, abordando a crise climática, a perda de biodiversidade e poluição, o desmatamento devido a incêndios e a exploração madeireira, embora não mencione o avanço do agronegócio. Nesse sentido, é um avanço em relação ao negacionismo anterior, permitindo progressos nos direitos da Mãe Terra, na justiça climática. Por outro lado, revitaliza um espaço de cooperação regional do sul global.

Mas em termos de educação, a escola é a grande ausente. A declaração de Belém não menciona desigualdades estruturais e lacunas no acesso ao direito à educação relevante e de qualidade. A declaração não considera o papel transformador coletivo da escola, muito menos reconhece que esta pode desempenhar um papel na crise



climática global e na sensibilização para a mudança cultural. A declaração enfatiza a ciência e a tecnologia como ferramentas para conter a crise climática, mas não considera o passo anterior que permitiria aos jovens o acesso ao ensino superior científico e tecnológico. O ensino secundário, por exemplo, teria um impacto positivo na mitigação da desflorestação e na apropriação emocional da biodiversidade. Dessa forma, quando menciona educação ambiental o faz sob uma perspectiva não apenas superficial, mas retrógrada, utilizando noções de mais de vinte anos atrás que não consideram questões interculturais.

Finalmente, a declaração não chega a propor uma visão sistêmica de responsabilidade planetária para a Amazônia e, por sua vez, de educação nos centros urbanos e no norte global para o cuidado da Amazônia e da vida. Nesse sentido, é necessário contemplar inovações tecnológicas e didáticas que andem de mãos dadas com o propósito de dignificar a vida dos habitantes da bacia amazônica. Em particular, é preciso pensar nos povos amazônicos ameaçados de extinção. Reitera-se que quando uma língua morre, o conhecimento se perde. Assim, a questão mais importante é como passar do discurso à prática para reparar a dívida profunda, histórica e estrutural com os habitantes daquela região? Sem romantizar o conhecimento indígena é preciso passar da poesia para a vida concreta do povo, fazer as pazes com a natureza. Como exemplo, o marco da Justiça Especial para Paz o Rio Cauca foi reconhecido como vítima do conflito armado.

Debate

Martín Vegas UNESCO - Perú

Concordamos com o tema da invisibilização dos povos, das culturas e das apropriações culturais do território pelos saberes tradicionais e com a falta de educação na Cúpula dos Presidentes Amazônicos. Se a declaração enuncia o capitalismo como solução para a crise climática na Amazônia, estamos obviamente longe do impacto que desejamos. Era um bom cenário, mas a afirmação foi completamente subestimada. Nos trabalhos anteriores à Cúpula vimos que a educação não aparecia com clareza e com a força que exercemos. O caminho das lutas indígenas, por exemplo, exige educação básica. Os desafios da defesa do território absorvem-nos de tal forma que não conseguem colocar a educação como prioridade. Por outro lado, a agenda das organizações ambientalistas, por exemplo, utiliza a educação de forma instrumental, mas não a leva a sério. Eu pergunto: quais são os nossos caminhos? influenciar ministérios ou recorrer a organizações ambientais? Precisamos pensar em como articular esforços para que a utopia não permaneça e vire política pública e influencie o Estado. Como educadores, não estamos conseguindo fazer política. Talvez sejam eles os limites da nossa ação.

Enrique Tineo

Ele falou sobre os impactos do mercúrio na saúde, como no MadreDios. É a favor da adoção da abordagem intercultural crítica como saída e da assunção de uma visão holística que permita articular a educação ambiental com as lutas das

comunidades tradicionais.

Thereza Perez- Comunidade Educativa

Abordou o tema das condições dignas diante da adversidade e o desafio da reparação de humanos e não humanos. Mas a pergunta é como discutir a homogeneidade da estrutura escolar e seu funcionamento frente à diversidade. Ela pergunta como se dribla no espaço amazônico colombiano o modelo escolar fabril.

Cláudia Lancheros EDUCAPAS

Responde que as escolas colombianas são muito diversas. Existe a educação própria, o Estado estimula práticas indígenas, material pedagógico próprio; mas há conflitos, pois essas aprendizagens não são reconhecidas mais adiante nas provas estatais que são aplicadas sem considerar os desenvolvimentos próprios em cada território. O sistema indígena tem autonomia, mas enfrenta problemas com a contratação e a corrupção, o qual é um problema desafortunado que afeta a imagem de lutas históricas.

Marcelo Sttorti GeaSur

Dá um exemplo para Thereza do projeto CARE, chamado de Comunidade Educadora que propunha uma parceria entre escola e comunidade no Xingu. É um exemplo de escola não fabril construída a partir de um diálogo intercultural, mas que infelizmente não virou política pública. O projeto Jovem educa jovem se baseou na troca de saberes no uso de barco para dar aula e na inclusão da agroecologia.

Karen Kristen- FLACSO Brasil

Menciona que se surpreende que a interculturalidade não esteja associada à educação. Há desconhecimento da cultura dentro dos processos educacionais, se ignora a relação entre educação e cultura, e não se contempla agentes culturais como agentes educativos. A universidade é um espaço de saber que omite a potencialidade que acontece na rua, de muros para fora há todo um espaço de saber e conhecimentos desaproveitado pela educação.

Fernando Mendes - Cidade Aprendiz

Falou que seu programa eles propuseram uma interconexão interessante com o Ministério de Educação e do Meio Ambiente, e que essa agenda tem que ser reafirmada na esfera do poder. Ele vê nisso uma saída e uma possibilidade para contruir que como comunidade não pode ser desaproveitada.

Anna Nascimento- Porticus

Concluindo, Ana escreveu no chat que há um entendimento comum entre todos de que a educação básica é feita de uma forma com vocação e verdadeiramente voltada para as necessidades permitindo o empoderamento dos povos indígenas não está presente na Carta e na discussão da Cúpula. Este poderia ser o nosso ponto comum de incidência. É então necessário decidir em que nível faremos a defesa de direitos: junto com a OTCA, junto com os governos, ou junto com as organizações sociais e



COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

indígenas dos países? A sugestão é que cada organização envie suas sugestões de ações que possam ser realizadas nos próximos meses e antes do nosso próximo encontro para termos um mapeamento de oportunidades, que possa ser compartilhado no grupo e que sirva de apoio mútuo na construção de possíveis ações conjuntas.

Comunidad de Práctica Memoria de la Reunión 20/09/2023 Educación Ambiental en el marco de la Declaración de Belém

Brasil - Marcelo Aranda Sttorti- Grupo de Estudios en Educación Ambiental desde el Sur (GEASur)

Educación Ambiental Crítica

El momento nos exige pensar en el medio ambiente más allá de la naturaleza, significa pensar en su integración con la sociedad, lo que podría significar considerar que el río nos atraviesa, o que nuestros antepasados están en una roca y los árboles son nuestros parientes. Es necesario pensar en la raíz de la crisis ambiental, que es el patrón impuesto por el capitalismo. La Educación Ambiental es esencialmente política, y algunos conceptos que la guían son: la acción colectiva, la búsqueda de la resolución de conflictos y la recuperación de la justicia epistémica del conocimiento. De ahí que la emancipación, la participación, el control social y la democracia sean claves para el entendimiento. Se propone un "territorianismo" basado en una pedagogía intercultural crítica y contra el colonialismo que sea esencialmente de base comunitaria. Varios autores latinoamericanos ayudan a pensar en esta línea. Entre ellos cabe destacar a Sueli Carneiro, Berta Cáceres, Ailton Krenale, Negos Bispo, Lelia Gonzales y Catherine Walsh entre otros.

La educación ambiental en su vertiente crítica, tal como ha sido definida en este campo, se ha convertido en un importante debate y ha acumulado reflexiones sobre qué medios críticos de educación ambiental crítica así como, dialogando con las macro tendencias en este campo, buscaban reflexionar. el papel del entorno crítico de la educación comparándolo con otras tendencias. La educación ambiental crítica se da en un sentido político, entendiendo la relación entre las transformaciones sociales. Educar para transformar es actuar conscientemente en procesos sociales que están conflictivamente constituidos por actores sociales que tienen diferentes proyectos de sociedad, que se apropian material y simbólicamente de la naturaleza de manera desigual. La educación ambiental crítica también significa ser capaz de absorber las ascendencias del territorio, las voces emergentes de los territorios que luchan por los bienes naturales, por los bienes comunes, como el agua y la tierra.





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

La expresión “Desde El Sur” sin una traducción clara, directamente al portugués, tiene la intención de bilingüismo en el sentido de traer una reflexión, y aquí una reafirmación de que Brasil está en América Latina, un país contenido en el territorio de América Latina, perteneciente a este gran continente llamado “Abya Yala” por el pueblo Kuna y,

posteriormente, por todos los pueblos originarios.

La educación ambiental “desde el sur” mira estas pedagogías emergentes, por lo que el foco del trabajo del grupo está en los espacios no formales. Aunque el concepto de formal o no formal pierde su significado original cuando pensamos en la definición de esta categoría. ¿Qué es formal? ¿Qué es no formal? ¿Informal? ¿En qué norma se puede formalizar? ¿En forma de quién? ¿La forma para quién? Reflexionando sobre estas cuestiones, se plantea la idea de una escuela como aparato coercitivo del Estado burgués, que en muchos casos tiene en este proceso un proyecto educativo de “formatación”, “formalización” y “emformación” de las personas.

La declaración de Belém deja algunas preguntas. Menciona ciudades amazónicas, pero ¿son saludables y sostenibles? La declaración también habla de innovación y emprendimiento, pero es urgente preguntarnos ¿para quién? Se necesita saneamiento, pero no urbano, sino modelos que propongan la integración con el suelo. La agencia de cambio climático debe ser local y territorial; y no generalizada, cada territorio tiene su propia agenda. Se habla mucho de biodiversidad, pero no de la sociodiversidad que ha estado involucrada en la creación de estos bosques. Se necesitan comunidades sanas y sostenibles que puedan realizar un seguimiento ambiental. ¿Qué estándares de sostenibilidad queremos? ¿Desarrollo para quién? ¿Para el capital? ¿Para la población tradicional? ¿No sería mejor pensar en una economía para sociedades sostenibles?

A continuación un repositorio para profundizar sobre esos asuntos:

<https://www.geasur.com/>

<https://unirio.academia.edu/MarceloStortti>

<https://sites.google.com/view/kijemidigital/p%C3%A1gina-inicial>

[Repositório de Práticas Interculturais](#)

<https://comptboaspraticas.blogspot.com/p/materiais-didaticos.html?m=>

Colombia - Claudia Lancheros EDUCAPAZ

La educación ambiental en el marco de la declaración de Belém La declaración tiene como aciertos el reconocimiento la necesidad de actuar con urgencia para evitar el punto de no retorno abordado la crisis climática, la pérdida de la biodiversidad y la contaminación, la deforestación por incendios y tala, aunque no menciona el avance de la agroindustria. En ese sentido es un avance frente al negacionismo anterior, permitiendo avances sobre los derechos de la madre tierra, la





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

justicia climática. Por otro lado revitaliza un espacio de cooperación regional desde el sur global.

Pero en términos de educación, la escuela es la gran ausente. La declaración de Belém no menciona las desigualdades estructurales y las brechas en el acceso al derecho a una educación de calidad y pertinente. La declaración no considera el papel transformador colectivo de la escuela, ni mucho menos reconoce que ella puede tener un papel en la crisis climática global y en la toma de conciencia en el cambio cultural. La declaración hace énfasis en ciencia y tecnología como herramientas para contener la crisis climática, pero no considera el paso anterior que permitirá que los jóvenes accedan a la educación superior científica y tecnológica. La educación media, por ejemplo, tendría un impacto positivo en la mitigación de la deforestación y la apropiación afectiva de la biodiversidad. De esta forma, cuando menciona la educación ambiental lo hace desde una perspectiva no solo superficial, sino retrógrada, usando nociones de más de hace veinte años que no contemplan lo intercultural.

Por fin, La declaración se queda corta en plantear una visión sistémica de la responsabilidad planetaria sobre la Amazonía y por su vez de la educación en los centros urbanos y en el norte global para el cuidado de la amazonía y la vida. En ese sentido es preciso contemplar innovaciones tecnológicas y didácticas que vayan de la mano con el propósito de dignificar la vida de los habitantes de la cuenca amazónica. En especial es preciso pensar en los pueblos amazónicos amenazados de extinción. Se reitera que cuando muere una lengua se pierde un saber. De este modo, la pregunta más importante es ¿Cómo pasar del discurso a la práctica para reparar la deuda estructural, histórica, profunda con los habitantes de esa región? Sin romantizar saberes indígenas, es necesario pasar de la poesía a la vida concreta de la gente y hacer la paz con la naturaleza. Un ejemplo es como el río Cauca fue reconocido en el marco de la Justicia Especial para la Paz, como víctima del conflicto armado.

